

Investimento Territorial Integrado da Área Metropolitana de Lisboa 2030

a. . .
. . m.
. l. .

área
metropolitana
de lisboa

ITI
ITI AML
2030

Ficha Técnica

...

INVESTIMENTO TERRITORIAL INTEGRADO DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA 2030

Promotor
Área Metropolitana de Lisboa

Consultoria e assistência técnica
EY-Parthenon

Edição
**Área Metropolitana de Lisboa
Março 2024**

...

Coordenação
Carlos Humberto de Carvalho

Coordenação executiva
Filipe Ferreira

Equipa Técnica
**João Lopes, Sofia Figueiredo,
Paulo Alves**

...

ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA
R. Cruz de Santa Apolónia, 23, 25 e 25A
1100 – 187 Lisboa
www.aml.pt

ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA UMA REGIÃO DE TODOS PARA TODOS

O Investimento Territorial Integrado da Área Metropolitana de Lisboa para o ciclo de programação 2021-2027 (ITI AML 2030) tem como objetivo principal promover a implementação da Estratégia Regional de Lisboa AML 2030 (ERLAML2030), em complemento com outros instrumentos da responsabilidade do Estado Central e das autarquias, através de um processo de mobilização de entidades municipais, intermunicipais e copromotoras na implementação de projetos conjuntos no quadro de prioridades de investimento identificadas, articulando os referenciais estratégicos metropolitanos, regionais, nacionais e europeus.

O ITI AML 2030 dá continuidade a duas décadas de implementação articulada à escala metropolitana da política de coesão da União Europeia e de resposta aos desafios locais e regionais de competitividade, inclusão e sustentabilidade

As ações a desenvolver irão concorrer para a visão definida na Estratégia Regional de Lisboa AML2030, afirmando a região capital num quadro de valorização das pessoas e do território, priorizando áreas como a ação climática, a mobilidade urbana sustentável, o combate ao abandono e insucesso escolar ou a redução da pobreza e da exclusão social.

Com o processo de elaboração da ERLAML2030, a Área Metropolitana de Lisboa, conjuntamente com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, numa experiência exemplar de articulação multinível, estabeleceu o quadro de intervenção estratégica e de programação do investimento no seu espaço territorial de intervenção, dando assim um importante impulso ao processo de preparação de um novo ciclo de fundos europeus.

O presente Plano de Ação ITI AML 2030 insere-se neste quadro de intervenção estratégica e tem como principal objetivo contribuir para o alcance

da visão definida no âmbito da Estratégia Regional de Lisboa AML 2030:

“Uma região capital, europeia, inserida num quadro de rotas e plataformas internacionais, que prioriza a valorização das pessoas e do território na construção de um futuro sustentável, alicerçado na competitividade e na inovação, na coesão social, na gestão eficiente dos recursos e do capital natural, na cultura, no cosmopolitismo, na mobilidade sustentável e no desenvolvimento integrado e policêntrico do território.”

Esta visão estratégica mobiliza todos os atores para a superação dos novos e velhos desafios que se colocam à Área Metropolitana de Lisboa, lançando a região num novo horizonte de desenvolvimento e, especialmente, afirmando a sua indispensabilidade como motor de prosperidade e de coesão do todo nacional

A elaboração do Plano de Ação do ITI AML 2030 assentou em diversos e consecutivos momentos de auscultação, nomeadamente no Grupo de Trabalho Metropolitano para os Fundos Comunitários, que pilotou a sua elaboração, e no Conselho Estratégico de Desenvolvimento Metropolitano, fulcral para a articulação e coordenação das políticas na região. Salienta-se ainda que, neste referencial de participação, foram auscultados municípios, entidades da administração central, universidades, associações empresariais, sindicatos e demais organizações que compõem os órgãos supracitados.

Estes fatores – participação e envolvimento - são elementos que determinam, em grande medida, o sucesso dos projetos a desenvolver. E, se o envolvimento dos atores relevantes da região na fase de conceção e proposição de ideias, prioridades e projetos é fundamental, mais pertinente se torna durante a sua execução, gestão e monitorização. Neste contexto, salientamos que a corresponsabilização de atores é um fator crítico de su-

cesso desta intervenção e da correspondente capacidade de concretização das operações programadas.

A Área Metropolitana de Lisboa enfatiza que a concretização do ITI AML 2030, pressupõe não só um compromisso de médio e longo prazo em torno da visão e do Plano de Ação, mas também um processo descentralizado e uma gestão e governação que se pretende transparente, sobre as diferentes responsabilidades, funções de gestão, recursos a mobilizar e resultados a alcançar, e partilhada pelos diferentes *stakeholders*.

É este compromisso que a Área Metropolitana de Lisboa aqui assume!

É com este compromisso que continuaremos a construir com os municípios, com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, e com outros atores, uma região de todos para todos!

...

Índice

1.	Diagnóstico territorial	8
2.	Objetivos e enfoque temático	19
2.1.	Análise SWOT	28
2.2.	Experiência do promotor e dos parceiros e envolvimento e responsabilidades	28
2.3.	Modelo de governação	33
3.	Mecanismos de acompanhamento	38
3.1.	Metodologia	38
3.2.	Plano de comunicação	39
4.	Plano de Investimentos e Indicadores	43
4.1.	Investimentos	43
4.2.	Indicadores	43
5.	Anexos	47
5.1.	Anexo 1.	47
5.2.	Anexo 2.	51



ITI AML 2030

Diagnóstico territorial

1.

DIAGNÓSTICO TERRITORIAL

O ITI AML tem como objetivo promover a implementação da Estratégia Regional de Lisboa 2030, mobilizando entidades municipais, intermunicipais e copromotores na implementação de projetos conjuntos, no quadro de prioridades de investimento identificadas, articulando os referenciais estratégicos regionais, nacionais e europeus.

As ações a desenvolver concorrem para a visão definida na Estratégia Regional de Lisboa 2030, procurando promover o desenvolvimento sustentável, a competitividade e a atratividade.

O diagnóstico territorial permite, através da delimitação da zona geográfica abrangida pela Estratégia¹, uma análise das necessidades de desenvolvimento e das potencialidades da zona, inclusive das interligações económicas, sociais e ambientais, de acordo com o explicitado no artigo 29.º, alíneas a) e b), do Regulamento (EU) 2021/1060.

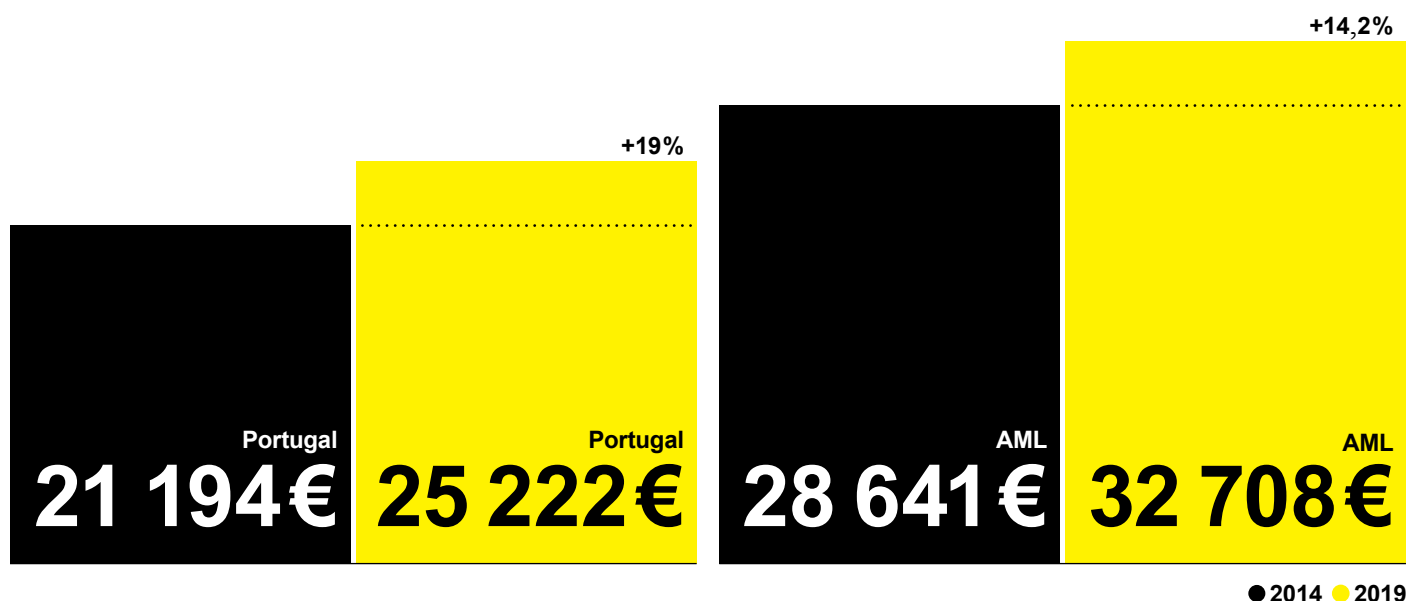
1) NUT II AML: municípios de Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira.

...

A AML é a principal área urbana nacional, representando cerca de 28% da população nacional

A AML é a principal área urbana nacional que engloba 18 municípios, abrangendo uma área de 2.826,9 km². O território apresentava, em 2021, uma população residente de 2.870.208 pessoas, cerca de 28% da população portuguesa, e um PIB per capita em Paridade do Poder de Compra (Base 2016) de 32.708 € em 2019.

Gráfico 1: Produto interno bruto por habitante em Paridade do Poder de Compra
(Base 2016 -€) e taxa de variação em Portugal e na AML



Fonte: INE, Contas económicas e regionais

Entre 2011 e 2021, a população residente aumentou em 1,7%, afirmando-se os maiores aumentos nos municípios de Mafra (12,8%), Alcochete (9%) e Montijo (8,7%) – municípios da segunda coroa exterior a Lisboa. No sentido oposto tem-se assistido à regressão demográfica nos municípios com maior expressão populacional (p.e. Amadora e Lisboa) – primeira coroa.

Quadro 1: População residente e taxa de variação da população residente (%)

População Residente	2011	2021	Taxa de variação
Portugal	10.562.178	10.343.066	-2,1%
AML	2.821.876	2.870.208	1,7%
Alcochete	17.569	19.143	9,0%
Amadora	175.136	171.454	-2,1%
Almada	174.030	177.238	1,8%
Barreiro	78.764	78.345	-0,5%
Cascais	206.479	214.124	3,7%
Lisboa	552.700	545.796	-1,2%
Loures	199.494	201.590	1,1%
Mafra	76.685	86.515	12,8%
Moita	66.029	66.255	0,3%
Montijo	51.222	55.682	8,7%
Odivelas	145.142	148.034	2,0%

População Residente	2011	2021	Taxa de variação
Oeiras	172.120	171.658	-0,3%
Palmela	62.831	68.852	9,6%
Seixal	158.269	166.507	5,2%
Sesimbra	49.500	52.384	5,8%
Setúbal	121.185	123.496	1,9%
Sintra	377.835	385.606	2,1%
Vila Franca de Xira	136.886	137.529	0,5%

Fonte: INE, Censos 2021

A par do aumento populacional está o envelhecimento populacional, em parte associado ao decréscimo da natalidade.

Em 2017, o índice de envelhecimento da AML era de 133,6, passando para 149,8 em 2021. Em 2021, residiam na AML 620.622 pessoas com +65 anos (21,6% da população total), e quanto aos pensionistas da segurança social, estes representam 26,2% da população residente.

Gráfico 2: Percentagem de população residente na AML por grandes grupos etários (2021)



Fonte: INE, Censos 2021

As transformações expressivas da AML nas últimas décadas, que originaram a dispersão da população e o crescimento das coroas metropolitanas mais periféricas, foram acompanhadas da emergência de um modelo urbano crescentemente polinucleado, tanto ao nível residencial, quanto económico, que trouxe novas exigências em termos de mobilidade.

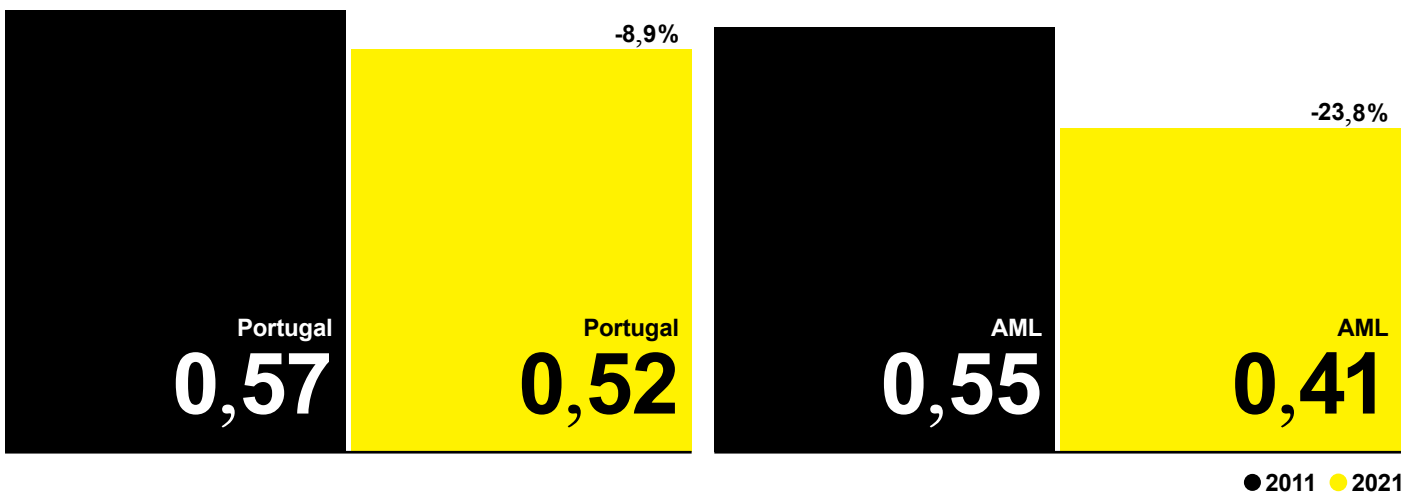
A emergência de um modelo urbano crescentemente polinucleado trouxe novas exigências à mobilidade

O setor dos transportes é responsável por mais de um terço do consumo de energia final, sendo que o transporte individual assume ainda um peso muito elevado nas deslocações diárias, sendo que em 2021, este número ascendia aos 57,5%, + 2,7 p.p. face a 2011.

A AML continua a apresentar deficiências no sistema de mobilidade e de ineficiência energética no setor dos transportes, com a emissão de gases de estufa a aumentar de 12,587 Mton/Co², em 2014, para 12,914 Mton/Co², em 2019, embora com forte decréscimo em 2020/2021, decorrentes das medidas de confinamento implementadas.

Em 2021, o consumo de combustível automóvel por habitante encontrava-se abaixo da média nacional (0,42 e 0,52 tep/hab, respetivamente).

Gráfico 3: Consumo de combustível automóvel por habitante (tep/ hab.) e taxa de variação em Portugal e na AML (%)



Fonte: INE, DGEG, Estatísticas do carvão, petróleo, energia elétrica e gás natural

O consumo de energia elétrica por habitante diminuiu 3,3% entre 2017 e 2021 (4.053 kWh/hab), ligeiramente abaixo da média nacional (4.651 kWh/hab).

Em 2020, a AML produzia 183,15 Mw de energia elétrica a partir de fontes renováveis, valor significativamente abaixo da média nacional (939,77 Mw), ainda assim a proporção de energias renováveis no consumo final bruto de energia foi de 34% em 2020.

Do total de produção bruta de energia elétrica, 11% corresponde a energia eólica e 5% a energia fotovoltaica. Também o clima apresentou diversas alterações na região de Lisboa, o Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas da Área Metropolitana de Lisboa (PMAAC-AML 2019), destaca que, anualmente, se observa um aumento de temperaturas máximas na primavera e no verão entre +0,30 a +0,40 por década.

Entre 2014 e 2020, houve um aumento médio anual de 1,4 graus. Observa-se também um aumento da frequência de ondas de calor, de +0,5 a +0,8 ondas de calor/década, bem como da sua duração, de +2,5 a +3,5 dias/década.

A AML dispõe de espaços de natureza, biodiversidade e patrimoniais, que possuem um papel relevante no turismo

Apesar de bastante urbanizada e da forte dinâmica empresarial, a AML acolhe espaços de grande interesse na conservação da natureza e biodiversidade, bem como patrimoniais, que possuem um papel relevante no turismo.

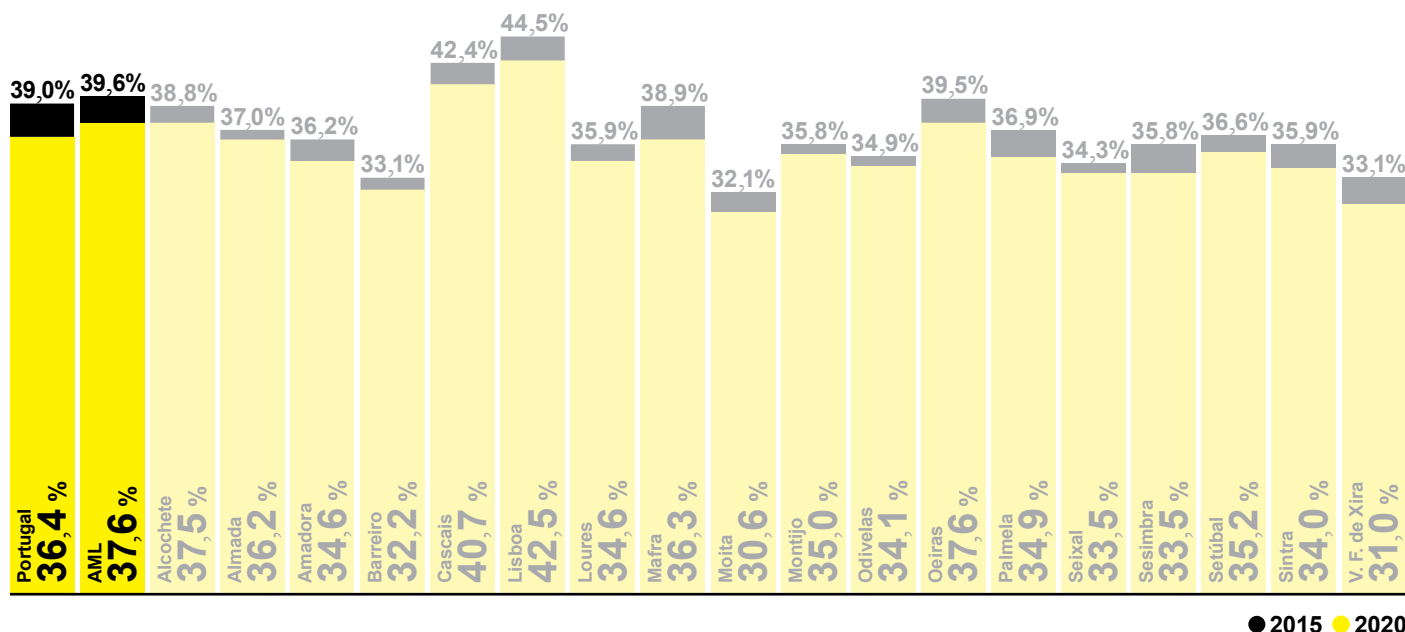
Em 2021 localizavam-se no território 869 alojamentos turísticos, na sua maioria alojamentos locais (62,1%). Em 2021, o rendimento médio por quarto nos estabelecimentos de alojamento turístico era de 33,3 €, acima da média nacional (32,6 €).

Para além da existência de importantes áreas com valor conservacionista objeto de classificação nacional e internacional, como a existência de 57 mil hectares de Sítios de Importância Comunitária e 29 mil hectares de Zonas de Proteção Especial (Rede Natura 2000) que importa preservar, os estuários do Tejo e Sado constituem também territórios de importância estratégica metropolitana para a conservação da natureza.

A região de Lisboa apresenta assimetrias internas que importa enfatizar. A região concentrava, em 2020, 58,3% da população nacional em situação de sem-abrigo, sendo que a distribuição deste número é desigual dentro da região, sendo a maior concentração em número em Lisboa (3.780) e tendo menor expressão em municípios na coroa periférica.

O Coeficiente de Gini, medido a partir do rendimento bruto declarado deduzido do IRS Liquidado por sujeito passivo, corrobora a existência de desigualdade na distribuição do rendimento que, em 2020, era de 37,6% na AML e 36,4% ao nível nacional.

Gráfico 4: Coeficiente de Gini do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por sujeito passivo (%)



Fonte: INE, Estatísticas do Rendimento ao nível local com base na informação produzida pelo Ministério das Finanças - Autoridade Tributária e Aduaneira

● 2015 ● 2020

Dos 708.948 empregados na AML, em 2021, 83,7% trabalhava no setor terciário e 94.289 pessoas encontravam-se desempregadas, destas, 5,1% era população desempregada em idade ativa inscrita no IEFP, sendo a Moita o município que regista maior proporção, de cerca de 6,3%.

Em 2020, a disparidade na taxa de emprego entre pessoas com deficiência grave e sem deficiência (15-64 anos) era de 44,1% em Portugal e 28,7% na UE.

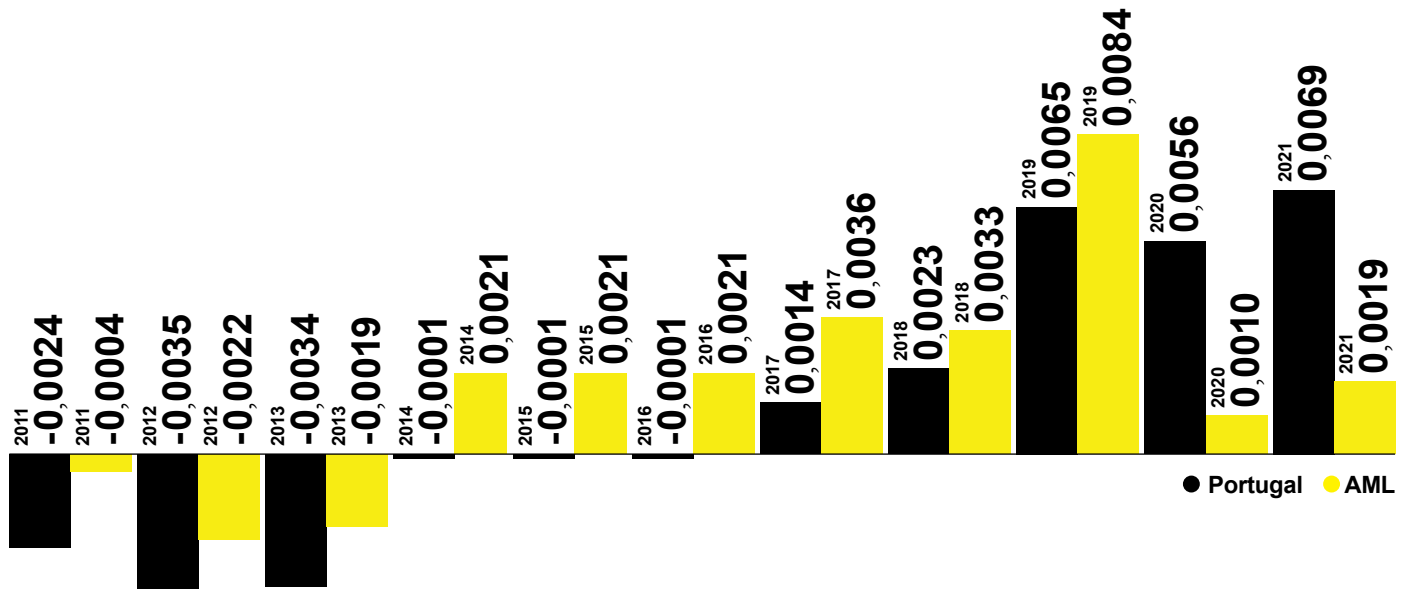
Em 2021, a população estrangeira residente na Região de Lisboa correspondia a cerca de 251 mil pessoas

Em 2021, a população estrangeira com estatuto legal de residente, na região de Lisboa, correspondia a cerca de 8,9% dos cerca de 2,8 milhões de residentes (i.e., cerca de 251 mil pessoas).

Em 2021, a taxa de crescimento migratório na região de Lisboa correspondia a 0,19%, e no país a 0,69%, tendo esta tendência sido inversa até

ao ano de 2019 (a AML apresentava uma taxa de crescimento migratório de 0,84% e o país 0,65%).

Gráfico 5: Evolução da taxa de crescimento migratório em Portugal e na AML (%)



Fonte: INE, Indicadores demográficos

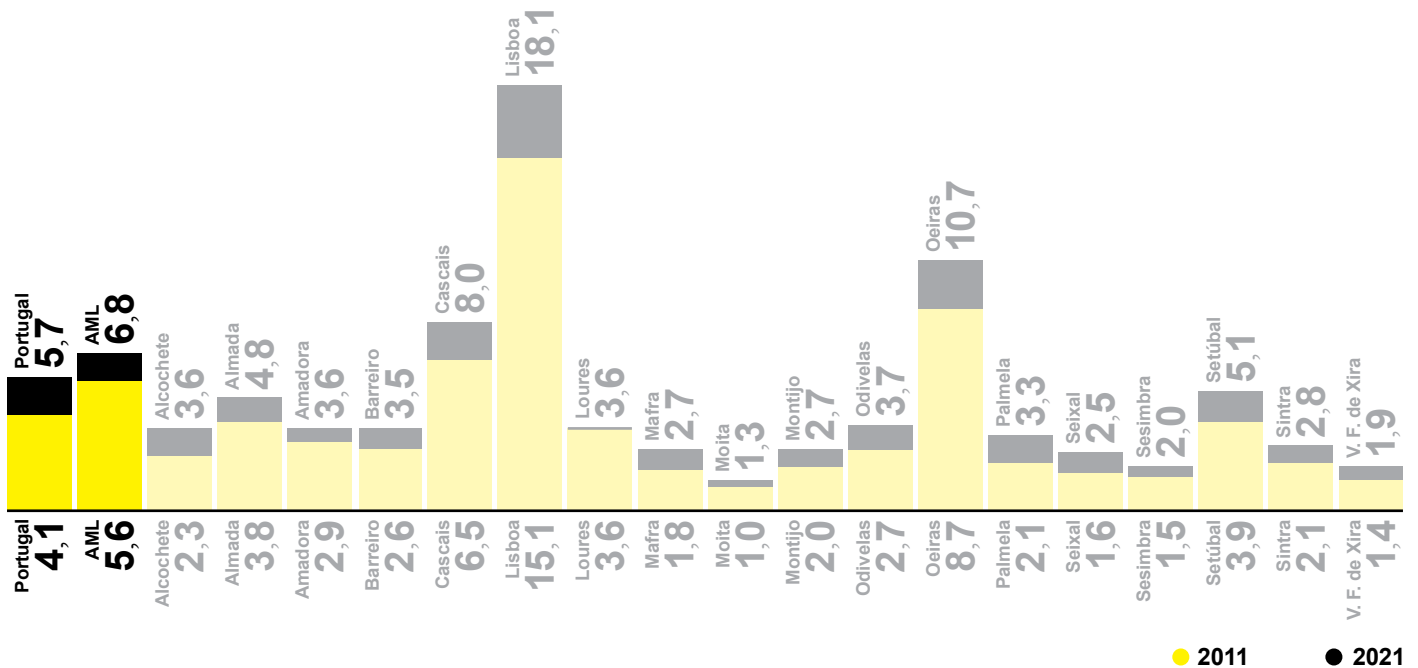
Quanto à oferta de equipamentos de saúde, a AML apresenta uma forte concentração ao nível dos cuidados secundários e terciários, ainda que exista a necessidade de adequar as necessidades ao acentuado envelhecimento populacional, em especial nos cuidados paliativos e continuados, e saúde mental.

É necessário adequar as necessidades de saúde ao acentuado envelhecimento populacional, em especial nos cuidados paliativos e continuados, e saúde mental

Se considerarmos o período de 2013 a 2020, o número total de hospitais (públicos e privados) aumentou de 59 para 60 unidades na região de Lisboa, mas este aumento não incluiu nenhum novo hospital público. À data de

2021 existiam na AML 6,8 médicos por 1.000 habitantes (5,6 em 2011), sendo que na maioria dos municípios este valor se apresenta abaixo da média, com os municípios de Lisboa e Oeiras a liderar (18,1 e 10,7, respetivamente).

Gráfico 6: Médicas/os por 1.000 habitantes (n.º) em 2011 e 2021



Fonte: INE, Estatísticas do pessoal de saúde

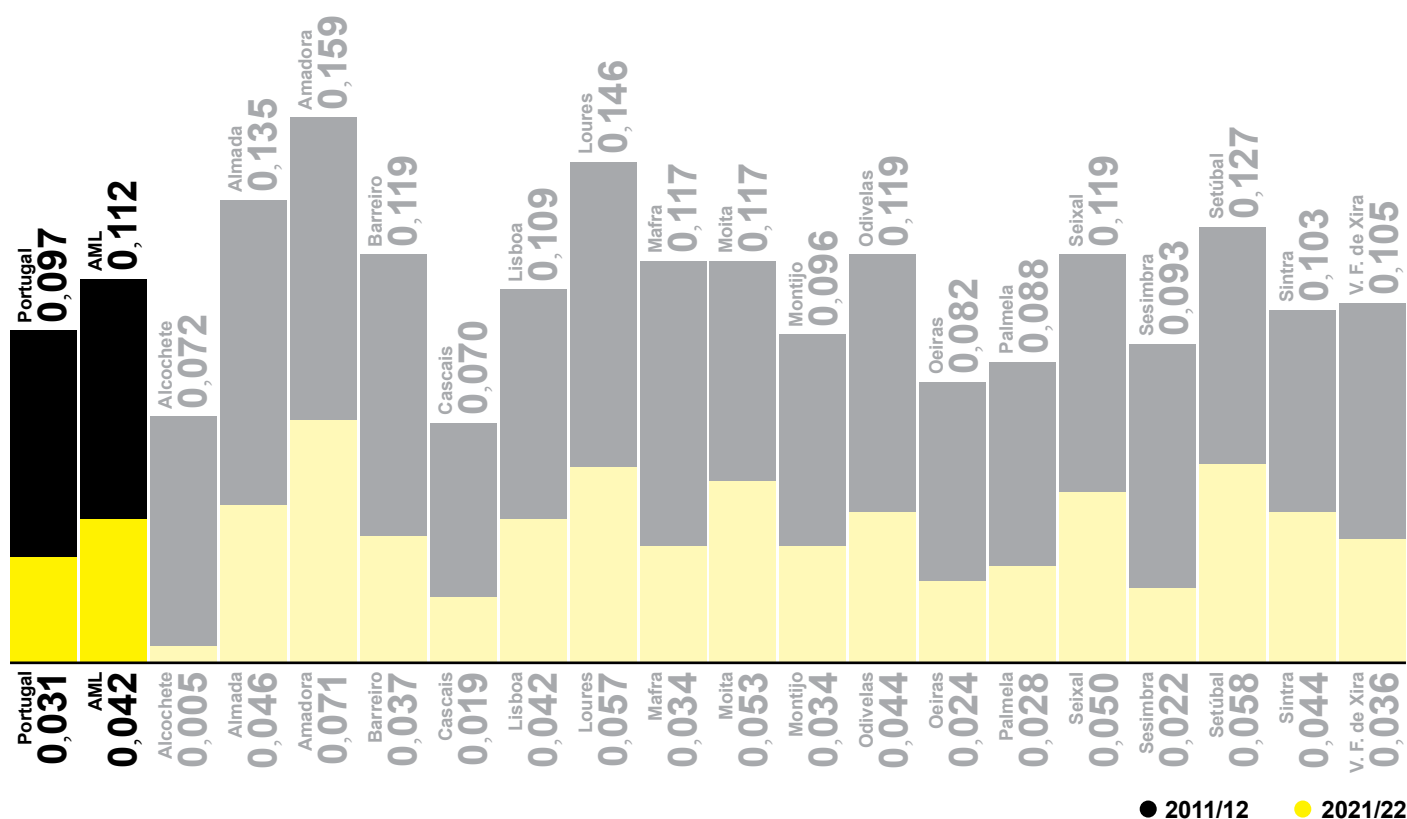
A elevada concentração de recursos de ensino, científicos e tecnológicos colocam a AML numa economia baseada no conhecimento e inovação.

Em 2020, contabilizaram-se 1.415 instituições de I&D. Entre 2011 e 2021, a população da AML, com pelo menos o ensino secundário aumentou 14,6 p.p. e a população com ensino superior aumentou 7,6 p.p., sendo que a taxa de escolarização no ensino superior é de 49,9% (2021-22).

A elevada concentração de recursos de ensino, científicos e tecnológicos colocam a AML numa economia baseada no conhecimento e inovação

A taxa de abandono precoce de educação e formação (entre 18 e 24 anos) na região de Lisboa reduziu de 14,4% em 2014 (nacional 17,4; UE27 11,1), para 5,9% em 2021 (nacional 5,9; UE27 9,7), ultrapassando a meta de 10% estabelecida para 2020 (região 7,0; nacional 8,9; UE27 9,9) durante o período de programação anterior. Ainda assim, os níveis de insucesso escolar (taxas de retenção e de desistência) são ainda significativos na região de Lisboa, e na sua globalidade superiores às médias nacionais, sendo que, no ano letivo de 2021-2022, eram de 2,2% no 1.º ciclo do ensino básico; 4,8% no 2.º ciclo; 7,6% no 3.º ciclo; 6,2% no secundário.

Gráfico 7: Taxa de retenção e desistência no ensino básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos)



Fonte: INE, Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

Quanto à atividade económica regional, esta assenta num conjunto de setores diversificados, e observa-se uma especialização produtiva nos “serviços empresariais”, “transporte, logística e distribuição” e “energia e ambiente”.

Em 2021, o VAB das empresas era de aproximadamente 46 mil milhões de euros (taxa de variação positiva de 11,6% face a 2011). Em 2021, a taxa de natalidade das empresas na AML era de 16,5%, valor superior à média nacional, em parte justificado pela base sólida de aprofundamento de cadeias de valor e atividades integradas.

O crescimento urbano da região de Lisboa não evitou a prevalência de áreas críticas onde se concentram problemas socioeconómicos

Não obstante as intervenções dos ciclos comunitários anteriores, o crescimento urbano da região de Lisboa não evitou a prevalência de áreas críticas onde se concentram problemas socioeconómicos, nomeadamente as desigualdades e insuficiências de equipamentos e serviços públicos (destacando-se aqui os equipamentos escolares), a poluição e emissão de gases com efeito de estufa, e necessidade de reforço da preservação das infraestruturas verdes nas zonas urbanas.

Assim, torna-se premente que o Investimento Territorial Integrado preveja a promoção do desenvolvimento social, económico e ambiental integrado, sustentável e inclusivo.

...



ITI AML 2030

Objetivos e enfoque temático

2. OBJETIVOS E ENFOQUE TEMÁTICO

A caracterização do foco temático e objetivos do Plano de Ação tem como centro uma abordagem integrada, que permite atender às necessidades de desenvolvimento identificadas e às potencialidades da zona, tal como explicitado no artigo 29.º, alínea c), do Regulamento (EU) 2021/1060.

Com a revisitação da Estratégia Regional de Lisboa 2030, a AML estabeleceu o quadro de intervenção estratégica e de programação do investimento no seu espaço territorial de intervenção, dando assim um importante impulso ao processo de preparação de um novo ciclo de programação de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI).

Com a revisitação da Estratégia Regional de Lisboa 2030, a AML estabeleceu o quadro de intervenção estratégica e de programação do investimento no seu espaço territorial

O presente Plano de Ação insere-se neste quadro de intervenção estratégica e tem como principal objetivo contribuir para o alcance da visão definida no âmbito da Estratégia Lisboa 2030: “Uma região capital, europeia, inserida num quadro de rotas e plataformas internacionais, que prioriza a valorização das pessoas e do território na construção de um futuro sustentável, alicerçado na competitividade e na inovação, na coesão social, na gestão eficiente dos recursos e do capital natural, na cultura, no cosmopolitismo, na mobilidade sustentável e no desenvolvimento integrado e policêntrico do território.” Esta visão estratégica dá resposta à atualidade e revisita as visões que a antecederam, lançando a região num novo horizonte de desenvolvimento.

A definição do Plano de Ação teve em conta não só as principais prioridades e objetivos da Política de Coesão, como os objetivos do Portugal 2030 e ainda, como já referida, a Estratégia Lisboa 2030.

Desta forma, constitui uma resposta aos desafios específicos que se colocam na AML, contribuindo para corrigir os estrangimentos atuais e as condições periféricas que caracterizam a região.

As formulações definidas para o modelo territorial metropolitano visaram concretizar a estratégia para a AML, tanto ao nível da coesão interna, como de asserção externa. Os pressupostos e os princípios que estão na base do modelo territorial estão assentes em vários pontos, como: (I) o inadiável reforço da conectividade internacional, de modo a robustecer as funções de intermediação transcontinental; (II) o reforço das centralidades urbanas e das ligações entre si com vista a aumentar a coesão territorial e o uso do solo eficientemente; (III) a valorização e preservação dos valores territoriais, naturais, imateriais e construídos.

O Plano de Ação constitui uma resposta aos desafios específicos que se colocam na AML, contribuindo para corrigir os constrangimentos atuais e as condições periféricas que caracterizam a região

Neste sentido, continua a ser necessário apostar num sistema urbano metropolitano assente numa estruturação policêntrica hierarquizada definida por: (I) aglomerações urbanas funcionalmente polivalentes, que permitam a igualdade de oportunidades no acesso ao emprego e aos serviços públicos; (II) um sistema de acessibilidade e mobilidade, especialmente em transporte público, que crie condições de acesso a estes polos, e a integração e cooperação territorial não só entre as aglomerações, mas também entre as duas macro unidades sub-regionais que estão separadas pelo rio Tejo.

CINCO DOMÍNIOS PRIORITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

A definição da estratégia Lisboa 2030 foi estruturada a partir de cinco domínios prioritários de desenvolvimento, que identificam o conjunto de políticas públicas de base territorial indispensáveis para promover as dinâmicas socioeconómicas, sendo estes: - quatro domínios de natureza temática (inovação e competitividade; sustentabilidade ambiental e alimentar e mitigação de riscos naturais; coesão social e sustentabilidade demográfica; mobilidade e conectividade sustentável); - um domínio de âmbito territorial (desenvolvimento urbano e mudança transformadora).



ERLAML 2030
 Fonte: www.aml.pt

INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE

- O domínio da Inovação e Competitividade articula-se com a implementação da Estratégia de Especialização Inteligente da Região de Lisboa (EREIL – RIS3) 2021-2027. O reforço da competitividade económica da AML suportada na inovação, através da criação de uma dinâmica de maior participação no processo de desenvolvimento europeu, só será alcançável com o aumento da capacidade de investigação e inovação, tecnologias avançadas no setor produtivo, processos de modernização da administração e valorização da cultura.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E ALIMENTAR

- O domínio da Sustentabilidade Ambiental e Alimentar e Mitigação de Riscos Naturais, prevê a implementação de práticas circulares, descarbonização, redução de emissões de GEE e preservação do património natural. São estes alguns dos meios para reforçar a atratividade e competitividade da AML, pois atualmente enfrenta-se o desafio da concretização das metas da neutralidade carbónica e preparação para os impactes das alterações climáticas.

COESÃO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE DEMOGRÁFICA

- O domínio da Coesão Social e Sustentabilidade Demográfica tem como objetivo fazer face a desafios estruturais como: (I) criar condições para a participação da população no processo de digitalização, modernização e inovação produtiva; (II) combater a pobreza e exclusão social; (III) enfrentar o desafio da transição demográfica.

MOBILIDADE E CONECTIVIDADE SUSTENTÁVEL

- O domínio da Mobilidade e Conectividade Sustentável assume um quadro complementar aos três domínios anteriores, uma vez que procura aumentar a conectividade internacional e transregional, reduzir a expressão do transporte individual, por meio da modernização dos transportes públicos, enquanto promove a descarbonização, e ainda aumentar a igualdade na oferta de uma rede densa e eficaz de transportes.

DESENVOLVIMENTO URBANO E MUDANÇA TRANSFORMADORA

- Por fim, o domínio do Desenvolvimento Urbano e Mudança Transformadora que se prevê que, por um lado, dê continuidade à regeneração e qualificação das áreas urbanas consolidadas e das áreas onde subsistem problemas sociais e urbanísticos e, por outro lado, responda às atuais disfuncionalidades do mercado de habitação e segregação territorial.

Complementarmente, destacam-se três dimensões estratégicas transversais (ação climática, transição digital e criatividade e cultura) – vistas como desafios centrais do desenvolvimento metropolitano.

Para cada um subdomínios prioritários de desenvolvimento metropolitano foram identificadas as prioridades, enquanto objetivos a alcançar, e as linhas de intervenção, que apontam os caminhos da sua concretização.

O conjunto de operações previstas no presente Plano de Ação do ITI AML encontra-se perfeitamente alinhado com os domínios prioritários, cobrindo as principais temáticas sobre as quais estes se debruçam (e.g. inovação, competitividade, sustentabilidade, ação climática, transição digital, entre outros).

O conjunto de operações previstas no Plano de Ação do ITI AML 2030 encontra-se perfeitamente alinhado com os domínios prioritários

A matriz estratégica constitui um elemento de suporte ao processo de desenvolvimento regional na sua globalidade, e também no suporte à aplicação dos FEEI na AML. Neste sentido, o Plano de Ação do ITI AML considera também os objetivos e resultados previstos pelo Programa Regional de Lisboa, que visa o reforço da rede urbana e a afirmação dos domínios de especialização, através de intervenções municipais e supramunicipais, que resulta da ERL 2030 e tem em consideração os cinco domínios elencados anteriormente.

Como previsto no Programa Regional de Lisboa 2021-2027, a estratégia visa contribuir para o alcance dos seguintes resultados: “(I) aumentar a competitividade a partir da regeneração urbana; (II) acelerar a descarbonização e reduzir a vulnerabilidade climática; (III) reduzir o insucesso e o abandono escolar; (IV) promover a inclusão social e a diversidade, respondendo à aceleração de fluxos migratórios internacionais e ao agravamento das fraturas socio-territoriais”.

Para isso, o Plano de Ação do ITI AML mobiliza os três eixos de atuação com focos de intervenção diferenciados: EIXO 1. Dimensão funcional na provisão de serviços de interesse geral; EIXO 2. Reforço do sistema urbano; EIXO 3. Dinamização dos ativos territoriais. Nestes três eixos, e respetivas prioridades de intervenção, estão previstas operações orientadas para colmatar algumas das debilidades e necessidades do território, mencionadas previamente no diagnóstico territorial. Neste sentido, o Plano de Ação do ITI AML mobiliza os seguintes objetivos específicos do Programa Regional de Lisboa 2021-2027:

RSO 2.1.

- Promover a eficiência energética e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa - A prossecução dos objetivos e metas definidas no setor da energia em termos nacionais implica que a região de Lisboa seja um dos principais atores na redução da despesa energética face ao exterior para 74%, redução em 20% do saldo importador energético; redução em 9,8% do consumo de energia final; melhoria em 20% da eficiência energética; redução em 6 MTep do consumo de energia primária e redução em 2 mil milhões de euros das importações anuais de combustíveis fósseis. Neste sentido, o foco de intervenção visa descarbonizar a administração pública (ações que visem a eficiência energética nas infraestruturas públicas da administração local), reduzindo a intensidade do consumo e aumentando a eficiência energética, promovendo a transformação para um parque edificado de elevado desempenho e neutro para o clima.

RSO 2.4.

- Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos de catástrofe e a resiliência, tendo em conta abordagens baseadas em ecossistemas - Ao nível local, emergem algumas vulnerabilidades climáticas, para as quais devem ser desencadeadas respostas. Como mencionado no diagnóstico territorial, a subida das temperaturas médias na região de Lisboa, com impacte significativo nos sistemas naturais e a ocorrência de eventos extremos de calor (impactando a saúde humana e a ocorrência de incêndios rurais), e a conseqüente subida do nível médio do mar, com particular impacte nos estuários do Tejo e do Sado, são duas das preocupações às quais o Investimento Territorial Integrado da AML pretende dar resposta. O foco desta intervenção é, por isso, a redução da elevada suscetibilidade da região às alterações climáticas e ao risco climático, mitigando os seus efeitos em contexto urbano. Neste contexto é ainda referenciado a relevância dos meios para a proteção civil, tal como foi identificado na Estratégia Regional de Lisboa 2030. Pretende-se ainda contribuir para a implementação do Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas, aprimorando os níveis de conhecimento, estratégia e controlo dos riscos climáticos, além de promover a incorporação da adaptação climática em diversos setores.

RSO 2.7.

- Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição - Apesar do potencial dos recursos naturais da região já mencionado no diagnóstico territorial, o processo de urbanização nem sempre conseguiu realizar uma transição e integração adequadas entre o património natural e as infraestruturas verdes nos sistemas urbanos. Na região de Lisboa é por isso necessário fortalecer as estruturas ecológicas, valorizar os serviços ecossistémicos, preservando a sua integridade, e sustentar a biodiversidade em nível regional, com base nos valores da comunidade local. Isso permitirá maximizar o seu papel como fonte de lazer, garantindo assim a sua sustentabilidade. Neste sentido, o foco desta intervenção é valorizar a estrutura ecológica regional, já estabelecida no sistema de planeamento e ordenamento do território, introduzindo abordagens supramunicipais de intervenção, preenchimento de lacunas e manutenção.

RSO 2.8.

- Promover a mobilidade urbana multimodal sustentável, como parte da transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono – o setor dos transportes reflete um terço da energia final consumida, e por isso tem um papel muito importante no alcance da meta prevista ao nível global para 2030 – redução de GEE até 55%. Como evidenciado previamente, o uso do transporte individual continua a ter um peso substancial nas deslocações diárias da população empregada e estudante na região de Lisboa, o que, apesar da criação dos Transportes Metropolitanos de Lisboa (TML) – Carris Metropolitana, continua a ser um desafio. Neste sentido, o foco desta intervenção é o de impulsionar o uso de meios de transporte ativos e do transporte público, estabelecendo condições de mobilidade e intermodalidade que atendam às expectativas dos usuários, oferecendo mais flexibilidade, segurança e conforto. Tal contribuirá para uma mobilidade mais sustentável, acessível e inclusiva.

ESO 4.8.

- Favorecer a inclusão ativa, com vista a promover a igualdade de oportunidades, a não discriminação e a participação ativa, e melhorar a empregabilidade, em particular dos grupos desfavorecidos – A região de Lisboa, à semelhança de outras regiões metropolitanas europeias, apresenta um quadro de desigualdades sociais e pobreza que se destaca face a outras regiões nacionais. Como evidenciado no diagnóstico territorial, o coeficiente de Gini, que mede as desigualdades no rendimento, mostra-se superior na região, face ao país. A dimensão da população migrante, minorias étnicas e sem-abrigo afirmam a necessidade que as questões a abordar neste objetivo se enfoquem na diminuição da vulnerabilidade social, incidindo em grupos vulneráveis e em complementaridade com a inovação social (p.e. na cultura).

ESO 4.II.

- Reforçar a igualdade de acesso em tempo útil a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços comportáveis, incluindo serviços que promovam o acesso a habitação e a cuidados centrados na pessoa. No âmbito deste referencial, o ITI AML 2030 mobiliza o diagnóstico metropolitano elaborado na Estratégia Regional de Lisboa 2030 ao nível da educação, salientando a necessidade de priorizar a promoção do sucesso

escolar como uma determinante do combate às disparidades socioeconómicas indutoras de exclusão social. Salientamos ainda que a AML, no âmbito dos processos avaliativos realizados ao nível do POR Lisboa 2020 e das abordagens territoriais do PT2020, salientou a relevância e pertinência deste dimensão no ITI AML 2020, referenciando a necessidade de continuação deste instrumento no ciclo de programação comunitária 2021-27. Neste contexto, a mobilização da dimensão da promoção do sucesso escolar revela-se nuclear como instrumento complementar da política pública nacional, focado em públicos-alvo selecionados em função dos diagnósticos territoriais elaborados a nível metropolitano.

RSO 5.I.

- Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas – Pelo facto de não se considerar que a região de Lisboa tenha um crescimento uniforme na última década, e face à prevalência de áreas urbanas mais críticas associadas a diferentes níveis de desenvolvimento, o diagnóstico territorial anteriormente mencionado, bem como o diagnóstico efetuado pela ERL 2030, evidenciam a necessidade de atuação para o alcance do desenvolvimento social, económico e ambiental inclusivo. Neste sentido, numa lógica integrada segundo a estratégia concertada com os municípios, o ITI AML visa a qualificação de equipamentos escolares e a regeneração urbana. A qualificação dos equipamento escolares concorre para a promoção do desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas, mas também para a valorização da região ao nível do fortalecimento do seu capital humano, para a sustentabilidade ambiental e energética, mobilizando para esse efeitos a aplicação dos princípios do *Do No Significant Harm* e para uma visão integrada, multissetorial e integrada do desenvolvimento urbano, como preconizado na Estratégia Regional de Lisboa 2030. Salientamos ainda que as questões ligadas à regeneração urbana foram objeto de diagnóstico e de autonomização estratégica ao nível da Estratégia Regional de Lisboa 2030, concatenando as questões ligadas à melhoria dos serviços de proximidade à escala inframunicipal com as operações de valorização do espaço público. O ITI AML 2030, ao efetuar a mobilização destas medidas de política, redobra o

seu enfoque na existência de uma visão para o território, que assenta numa abordagem integrada e multissetorial, de forma a promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo.

O Plano de Ação centra-se na criação de condições de suporte que promovam a qualidade de vida, a competitividade e o desenvolvimento sustentável da AML

Em suma, o foco temático do presente Plano de Ação centra-se na criação de condições de suporte que promovam a qualidade de vida, a competitividade e o desenvolvimento sustentável da AML, tendo em conta as especificidades dos instrumentos de planeamento setoriais e territoriais e as disparidades e dinâmicas sociais e económicas da região.

Neste contexto, salientamos ainda que o ITI AML 2030 pretende contribuir para a correta aplicação do Princípio de “não prejudicar significativamente” (“Do No Significant Harm”) e para os objetivos climáticos, sendo que as operações a selecionar no âmbito do ITI AM devem concorrer ainda para o *tagging* climático.

...

2.1.

Análise SWOT

Principais forças	Principais fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> Localização estratégica, pela sua posição geográfica privilegiada que alavanca a robustez de infraestruturas logísticas e de transportes; Qualificações do capital humano, pela presença de várias Universidades e Institutos de I&D, atraindo talento, impulsionando a inovação e empreendedorismo; Infraestruturas que reforçam a conectividade interna e externa, como a rede de transporte aéreo, rodoviário, ferroviário e portos marítimos; Setor turístico de relevo, pelo clima favorável, cultura e história, o que impulsiona a economia regional. 	<ul style="list-style-type: none"> Desigualdades socioeconómicas, pela existência de comunidades desfavorecidas onde o acesso a serviços e empregos fica comprometido; Dependência da cultura energética e recurso a combustíveis fósseis, que ainda se apresenta como desafio no combate às alterações climáticas; Sobrecarga das infraestruturas, pela concentração da população e no aumento da atividade económica na região que leva a problemas de sobrecarga nas infraestruturas existentes, por exemplo no setor da educação e transportes; Elevado custo de vida, incluindo no acesso à habitação, que se torna um desafio para os residentes locais, especialmente os que possuem rendimentos baixo.
Principais oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> Investimento em infraestruturas, de transporte e mobilidade e de educação, por exemplo, modernizando e expandindo as redes de transporte público, e investir em soluções de mobilidade sustentável, e modernizando o parque escolar, readaptando-o para as realidades que emergem das transições climática e energética. Desenvolvimento urbano sustentável, onde se pode dar ênfase à regeneração de infraestruturas, tendo em conta a eficiência energética e promoção do uso de energias renováveis; Aposta em setores emergentes como base de diversificação da economia da região, dando apoio e incentivo ao crescimento do setor tecnológico, economia verde e indústrias criativas; Dinamização da economia social, através do desenvolvimento de novas soluções e respostas no combate à pobreza e exclusão social; 	<ul style="list-style-type: none"> Vulnerabilidade a desastres naturais, como terremotos e incêndios florestais, que podem afetar estruturas e a segurança da população; Mudanças climáticas, que podem representar uma ameaça para a região pela possível existência de eventos climáticos extremos, como o aumento do nível do oceano; Escassez de recursos que limita a disponibilidade de recursos naturais e pode afetar a expansão e desenvolvimento da região, o que exige uma gestão cuidada dos recursos existentes.

...

2.2.

Experiência do promotor e dos parceiros e envolvimento e responsabilidades

De acordo com o descrito no artigo 29.º, alínea d), do Regulamento (EU) 2021/1060 do Parlamento Europeu e do Conselho de 24 de junho de 2021, Investimento Territorial Integrado deverá contemplar uma descrição do envolvimento dos parceiros na elaboração e execução da estratégia.

Assim, e desde logo, destaca-se que a AML possui uma vasta experiência no âmbito de gestão de fundos comunitários que importa enfatizar.

A AML possui uma vasta experiência no âmbito de gestão de Fundos Comunitários que importa enfatizar

No âmbito do contexto do QCA II (1994/1999), a Junta Metropolitana de Lisboa assinou contratos com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região de Lisboa e Vale do Tejo afetos ao subprograma A – “Reforço da Coesão do Território Regional e Melhoria da qualidade de vida” do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, que abarcou intervenções ao nível das acessibilidades, equipamentos do 1.º ciclo do ensino básico, equipamentos culturais e gestão de águas residuais.

No contexto do QCA III (2000/2006) deu-se início à segunda contratualização de fundos comunitários, em que a Junta Metropolitana de Lisboa assumiu a responsabilidade técnica, administrativa e financeira das medidas relativas a acessibilidade e transportes, valorização ambiental e patrimonial e capacidade institucional e regional. Os dois contratos-programa no contexto do QCA III (divididos em dois triénios) possuíram uma taxa de execução de 100%.

Acrescenta-se que, quer do contexto do QCA II, quer no QCA III, a junta Metropolitana de Lisboa ficou responsável pela gestão, acompanhamento e controlo físico e financeiro de 86 e 135 projetos (respetivamente), apresentados pelos municípios integrantes da AML.

Em 2007-2013, a AML assumiu funções como organismo intermédio do POR Lisboa, com competências nas tipologias de Sistemas de Apoio à Modernização Administrativa (SAME) e requalificação da rede escolar do 1.º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar. No âmbito destas tipologias alcançaram-se, respetivamente, os seguintes resultados: (I) dois balcões únicos, seis balcões multisserviços e 195 novos serviços online; (II) construção de quarenta e oito centros escolares e ampliação/requalificação de cinco centros já existentes.

No último quadro comunitário, a elaboração do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial para a AML 2014-2020 (PDCT-AML) foi estruturado e operacionalizado com vista a assegurar o envolvimento dos *stakeholders* de maior relevância para a implementação da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial, com vista a produzir uma arquitetura de soluções adequada à natureza e necessidades específicas do território.

O Plano de Ação do PDCT – AML organizou-se em três eixos estru-

turantes: EIXO 1 – Valorização Territorial e Resiliência Comunitária; EIXO 2 – Reforço da Coesão e Inclusão Social; EIXO 3 – Promoção do Sucesso Educativo. As medidas de cada um dos eixos foram inspiradas no POR Lisboa 2020 e no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos.

Ademais, destaca-se que ao longo das duas últimas décadas, a AML e a CCDR LVT têm vindo a realizar processos de planeamento estratégico com enfoque no espaço metropolitano.

Ao longo das duas últimas décadas, a AML e a CCDR LVT têm vindo a realizar processos de planeamento estratégico com enfoque no espaço metropolitano

Estes processos têm sido também desenvolvidos no âmbito da preparação dos ciclos de investimento da política de coesão, tendo sido neste enquadramento que foram desenvolvidos, em 2013, o Plano de Ação Regional de Lisboa 2014-2020 (PARL), elaborado pela CCDR LVT, e a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT), elaborada pela AML, no âmbito da preparação do ciclo de programação 2014-2020.

A construção da Estratégia Regional de Lisboa 2030, conduzida pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT) e pela Área Metropolitana de Lisboa (AML), entre novembro de 2019 e março de 2020, teve por base os documentos “AML Horizonte 2030. Elementos para uma reflexão estratégica” (AML, 2018) e “Para a Estratégia 2030 da Região de Lisboa e Vale do Tejo” (CCDR LVT, 2018), e suportou-se num processo de auscultação de atores estratégicos regionais.

O processo de elaboração da Estratégia AML 2030 teve o seu início no XXI Governo, que sinalizou às áreas metropolitanas, comunidades intermunicipais (CIM) e às CCDR a intenção de revisitação dos seus referenciais estratégicos: Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial (EIDT) e Planos de Ação Regional (PARL), respetivamente, tendo em vista a preparação do ciclo de programação comunitária para o período 2021-2027.

Tal desafio impôs à AML e à CCDR LVT que desenvolvessem um documento estratégico assente na participação dos atores, de forma completa e continuada. As bases de participação foram acompanhadas pela

realização de reuniões do Grupo de Trabalho Metropolitano dos Fundos Comunitários (GTMFC)² e do Conselho Metropolitano de Lisboa (CML)³.

Em suma, durante o processo de elaboração da estratégia contabilizam-se três momentos de auscultação de atores, nos domínios da (I) mobilidade, coesão e sustentabilidade; (II) inovação e competitividade; (III) desenvolvimento urbano.

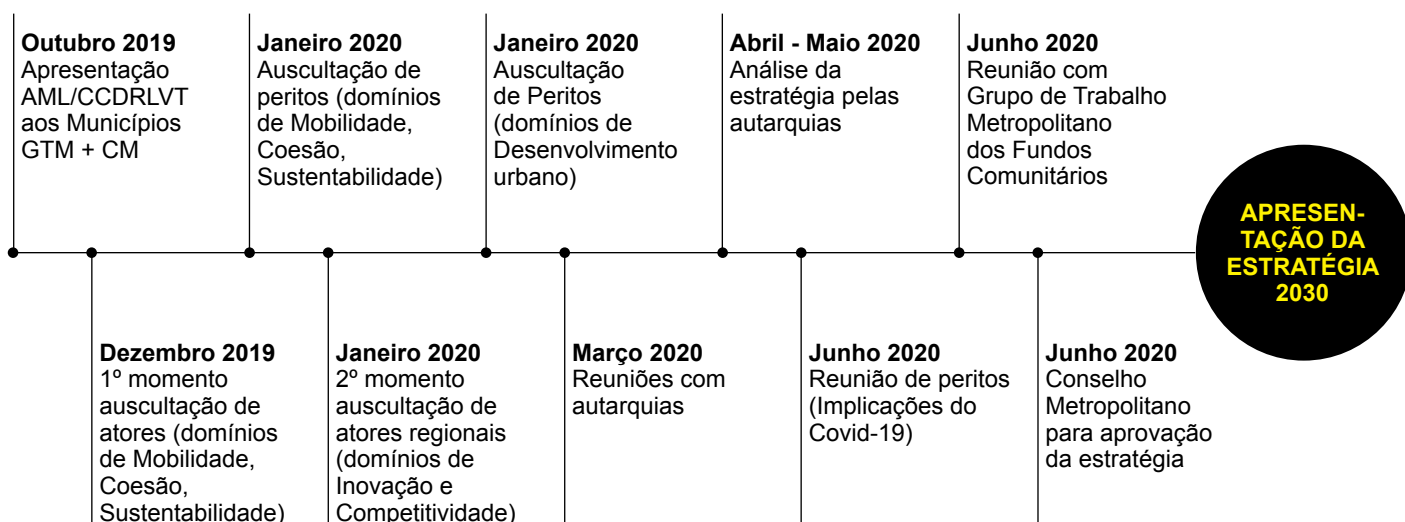
Para além disso, foram também realizados três momentos de auscultação a peritos nos mesmos domínios.

A estes momentos de auscultação de atores regionais sucederam-se momentos de reunião das equipas técnicas da AML e da CCDR LVT, bem como das autarquias.⁴

2) Composto por representantes das diversas áreas setoriais dos 18 municípios da AML. 3) Composto pelos presidentes de câmara municipal dos 18 municípios da AML. 4) Identificação dos atores territoriais, setoriais e peritos em anexo.

...

Figura 2: Processo de Construção da Estratégia AML 2030



Fonte: Estratégia AML 2030, AML/CCDRLVT

A estrutura do Plano de Ação traduz-se de extrema importância para a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da AML.

Neste contexto, a arquitetura do Plano verte-se numa adequação entre orientações normativas inerentes ao desenvolvimento do instrumento e ao quadro estratégico da ERL 2030.

Neste sentido, foi elaborado um plano de trabalho assente em diversos e consecutivos momentos de auscultação aos parceiros envolvidos no desenho do Plano de Ação apresentado, enfocando esse processo de envolvimento dos atores no Grupo de Trabalho Metropolitano para os Fundos

Comunitários⁵ e no Conselho Estratégico de Desenvolvimento Metropolitano, salientando-se assim a natureza multinível e de participação alargada dos atores territoriais e setoriais da Área Metropolitana de Lisboa.

5) Composto pelos responsáveis pelos fundos comunitários dos 18 municípios da AML.

...

O plano de trabalho assentou em diversos momentos de auscultação aos parceiros envolvidos no desenho do Plano de Ação

Salienta-se ainda que neste referencial de participação, foram auscultados municípios, entidades da administração central, universidades, associações empresariais, sindicatos e demais organizações que compõem os órgãos supracitados.

Figura 3: Processo de construção do Plano de Ação do ITI AML



Fonte: EY-Parthenon

...

2.3.

Modelo de governação

O modelo de gestão e organização de suporte ao Plano de Ação para operacionalização do Investimento Territorial Integrado da AML tem por base os princípios propostos no âmbito da Estratégia Lisboa 2030 e o processo de trabalho adotado na construção deste Plano de Ação.

O modelo de governação da estratégia regional adota, deste modo, um princípio de forte colaboração e cooperação e mobilização dos diversos atores regionais, procurando assegurar a coerência entre as operações a financiar pelo Plano de Ação.

O processo de descentralização e de reforma do estado, em curso, desafiam o modelo de operacionalização do ITI da AML pelo que deverão procurar assegurar-se os seguintes aspetos:

- Princípio da subsidiariedade, fazendo coincidir o nível territorial de decisão das políticas com o nível de decisão dos financiamentos;
- Envolvimento das entidades sub-regionais e das autoridades regionais, e locais, no planeamento e na execução dos programas, iniciativas e projetos relevantes;
- Garantia do cumprimento dos princípios e orientações regulamentares, nacionais e comunitárias definidos para a estrutura operacional do período de programação de fundos europeus relativo a 2021-2027.

O processo de construção da Estratégia Regional e do ITI da AML, consideraram, desde o seu início, objetivos de envolvimento dos *stakeholders* relevantes no diagnóstico dos desafios com que a região se confronta, garantindo mecanismos participados na proposta e decisão sobre a estratégia e as soluções operacionais.

Estes fatores – participação e envolvimento - são elementos que determinam, em grande medida, o sucesso dos projetos a desenvolver.

E, se o envolvimento dos atores relevantes da região na fase de conceção e proposição de ideias, prioridades e projetos é fundamental, mais pertinente se torna nas fases de execução, gestão e monitorização.

A participação e o envolvimento determinam, em grande medida, o sucesso dos projetos a desenvolver

A corresponsabilização de atores, públicos e privados, é também um fator crítico de sucesso desta intervenção e da correspondente capacidade de concretização das operações programadas.

De facto, reconhece-se que a concretização do ITI, pressupõe não só um compromisso de médio e longo prazo em torno da visão e do Plano de Ação, mas também um processo de participação relevante e uma gestão e governação transparente e clara sobre as diferentes responsabilidades, funções de gestão, recursos a mobilizar e resultados a alcançar, partilhada pelos diferentes *stakeholders*.

Este modelo de governação baseia-se na estrutura metropolitana de gestão territorial, composta por um conjunto de órgãos e de unidades colaborativas, com natureza e funções diferenciadas, merecendo ser destacado o papel das seguintes entidades:

CONSELHO METROPOLITANO DE LISBOA

- A este órgão de natureza deliberativa compete a definição e aprovação das opções políticas e estratégicas metropolitanas, destacando-se neste enquadramento a aprovação do pacto e o acompanhamento e avaliação dos resultados da atividade metropolitana no âmbito do Portugal'2030.

COMISSÃO EXECUTIVA METROPOLITANA

- A este órgão de natureza executiva compete a elaboração e submissão ao Conselho Metropolitano de todos os elementos necessários à realização das atribuições metropolitanas, destacando-se neste enquadramento a preparação e a negociação do pacto e todas as questões relacionadas com a efetivação do processo de contratualização e de delegação de competências associado; para este último efeito, e enquanto organismo intermédio, a Comissão Executiva Metropolitana irá criar uma estrutura de apoio técnico dedicada, cujo modelo de organização e atribuições se descreve mais adiante.

CONSELHO ESTRATÉGICO PARA O DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO

- A este órgão de natureza consultiva compete apoiar o processo de decisão metropolitano em matérias de natureza estratégica, incluindo aí a articulação da operacionalização da estratégia integrada com o pacto; neste órgão, têm assento os representantes das instituições, entidades e organizações de maior relevância na área metropolitana de Lisboa.

REPRESENTANTE DOS MUNICÍPIOS DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA NA COMISSÃO DIRETIVA DO PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL LISBOA 2020

- A este representante competirá representar os interesses dos municípios da área metropolitana de Lisboa na referida comissão diretiva (relacionadas ou não com o pacto).

GRUPOS DE TRABALHO METROPOLITANOS

- Estes grupos serão constituídos por representantes municipais e setoriais que, podendo envolver outros convidados a título pontual ou permanente, analisarão diversas temáticas importantes para a execução e monitorização da estratégia integrada e do pacto; entende-se ainda que estes agentes possam ter (complementarmente ao acompanhamento da aplicação das políticas e dos investimentos) uma postura proactiva no contacto com os promotores, na promoção de iniciativas emblemáticas e no estímulo a novas realizações complementares ou sinérgicas com o pacto e com a estratégia integrada.

Será, à semelhança dos anteriores períodos de programação, garantida uma estrutura de apoio técnico de suporte à operacionalização do ITI e ao exercício das competências delegadas (as quais apenas serão conhecidas em fase de negociação) enquanto organismo intermédio.

Será garantida uma estrutura de apoio técnico de suporte à operacionalização do ITI e ao exercício das competências delegadas

Esta estrutura de apoio técnico – secretariado técnico metropolitano - será exclusivamente dedicada à gestão do processo de contratualização, sendo constituída por um coordenador técnico e por um conjunto de técnicos superiores e administrativos.

Muito embora o número de elementos a afetar esteja forçosamente dependente da definição precisa das competências a delegar e das condições e limites associados ao seu financiamento, considera-se que mesma deverá ter presente a seguinte estrutura:

COORDENAÇÃO TÉCNICA

- Deverá ter formação superior e experiência consolidada na gestão de fundos comunitários, assim como na gestão de equipas multidisciplinares.

TÉCNICOS SUPERIORES

- Deverão ter um leque de formações e qualificações diversificado, tendo presente o vasto conjunto de áreas a ser contratualizado (p.ex. gestão/ economia, gestão/ contabilidade, engenharia civil, eficiência energética, geografia, proteção civil e riscos, arquitetura, inclusão social, educação, empreendedorismo, desenvolvimento regional, direito/ contratação pública, etc.).

TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

- deverão ter experiência na gestão administrativa corrente no seio da administração pública e, em particular, de fundos comunitários.

A relação organizacional entre o secretariado técnico metropolitano da AML e a autoridade de gestão será estabelecida de uma forma muito direta com as unidades orgânicas que compõem os secretariados técnicos dos programas financiadores do pacto.

Nestes termos, o secretariado técnico metropolitano apoiará os secretariados técnicos das autoridades de gestão dos referidos programas, ficando a sua articulação operacional a cargo do coordenador; no que se refere aos técnicos do secretariado técnico metropolitano, estes irão funcionar sob a coordenação desse mesmo coordenador.

Em termos de funcionamento será sempre salvaguardada a segregação de funções entre os diferentes técnicos nos termos que venham a ser definidos pelas autoridades de gestão, assegurando que as funções sejam repartidas de modo que os técnicos nunca estejam em mais do que uma fase do processo de gestão de cada operação concreta.

...

ITI AML 2030

Mecanismos de acompanha- mento



3. MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO

3.1. Metodologia

A operacionalização do ITI implica a existência de mecanismos de acompanhamento e avaliação, sendo aqui consubstanciado na montagem de um sistema que monitorize as iniciativas, ações e projetos desenvolvidos, bem como os resultados alcançados face às metas estabelecidas, e no cumprimento da estratégia definida para a AML.

Assim, de uma forma sistemática, contribuirá para assegurar o acompanhamento eficaz, devendo ser adequado à verificação periódica das realizações, concretizadas ou não, e dos progressos alcançados, e à análise dos respetivos desvios, permitindo aos gestores técnicos e dirigentes políticos tomar decisões no sentido de formular correções de trajetórias e medidas corretivas.

O sistema de monitorização prevê a definição do modelo de acompanhamento da evolução e dos resultados do ITI

Para a sua implementação e concretização, o sistema de monitorização prevê a definição do modelo de acompanhamento da evolução e dos resultados do ITI, considerando o ponto de partida da região e o seu contributo para os objetivos e metas do Portugal 2030.

Neste sentido, serão estabelecidos procedimentos específicos de recolha contínua de informação dos projetos integrados e a serem desenvolvidos no âmbito do Plano de Ação, cuja respetiva análise será essencial para que todos os parceiros envolvidos conheçam a forma como os objetivos e as medidas definidas no âmbito do ITI estão a ser alcançados, e se as metas serão atingidas, assim como para contribuírem com informação regular para melhorar o planeamento de futuras intervenções.

O sistema de acompanhamento proposto inclui:

- A construção de informação de suporte à operacionalização do ITI interno à AML, que permita a existência de uma plataforma de recolha contínua de informação dos projetos aqui integrados, que possibilite ter informação em tempo real sobre as realizações e os resultados existentes.

- A identificação de necessidades específicas de aquisição de conhecimento, com relevância para o desenvolvimento da região, a materializar sob a forma de estudos com natureza pontual e/ou regular.
- A disponibilização de relatórios-síntese mensais à Comissão Executiva Metropolitana e presidência da CCDR LVT, que permitam aos gestores técnicos e dirigentes políticos tomar decisões atempadas, no sentido de formular de correções de trajetórias e de medidas corretivas.
- A elaboração do relatório anual de monitorização, onde será analisada a evolução da região do ponto de vista dos projetos implementados e do contributo dos mesmos para os objetivos e metas fixadas em sede de pacto.
- A submissão do relatório anual de monitorização do pacto ao Conselho Metropolitano de Lisboa, garantindo informação técnica a este órgão e suportando as deliberações que venham entender assumir.
- A apresentação do relatório anual de monitorização do ITI ao Conselho Metropolitano, dando continuidade ao objetivo de promoção do envolvimento dos atores regionais.
- A mobilização dos grupos de trabalho metropolitanos, que analisarão diversas temáticas importantes para a execução e monitorização do ITI. Complementarmente ao acompanhamento da aplicação das políticas e dos investimentos espera-se que estes agentes possam ter uma postura proactiva no contacto com os promotores, na promoção de iniciativas emblemáticas e no estímulo a novas realizações complementares ou sinérgicas com o pacto.

As análises do relatório anual de monitorização do ITI, quer no Conselho Metropolitano de Lisboa, quer a mobilização dos grupos de trabalho, constituem-se como momentos privilegiados de avaliação das entidades envolvidas na operacionalização do Plano de Ação.

Importa ainda lembrar que o sistema de monitorização deverá ser articulado, assumindo-se como *input* fundamental, com a estratégia e os instrumentos de acompanhamento propostos da Estratégia Regional de Lisboa.

...

3.2

Plano de comunicação

Com um Plano de Ação baseado em dinâmicas participativas de diversos atores locais (públicos e privados) e que gera fortes impactos junto aos

cidadãos, é importante estabelecer diretrizes que promovam a visibilidade dos investimentos, coresponsabilizem os parceiros e envolvam os cidadãos em todo o processo, desde a concepção até à execução.

As atividades a serem desenvolvidas devem contribuir para um aumento da cidadania e do exercício de participação democrática, onde seja promovida a importância do desenvolvimento sustentável dos projetos, com vista a competitividade territorial e que reconheça a coesão como um pilar decisivo para a sua consolidação. Neste sentido, os objetivos concretos para as atividades de comunicação do Plano de Ação do ITI AML são:

INFORMAR E CONSCIENCIALIZAR

- O plano de comunicação visa informar os diversos públicos-alvo sobre os investimentos a realizar, destacando a sua importância, objetivos e benefícios, o que envolve a divulgação de informações relevantes sobre os projetos, as suas metas e resultados a alcançar.

ENVOLVER E CRIAR COMPROMISSO

- O plano de comunicação procura envolver os diferentes atores, sejam públicos ou privados. Tal pode ser feito através de mecanismos de participação como consultas públicas, fóruns de discussão, entre outros, que permitam a contribuição e colaboração dos interessados.

ESTABELEECER PARCERIAS

- Através do plano de comunicação poderão estabelecer-se parcerias sólidas com diversos atores locais, sejam instituições governamentais, empresas, organizações da sociedade civil ou mesmo as comunidades. As parcerias podem ser fundamentais para o sucesso do Plano de Ação.

PROMOVER A VISIBILIDADE

- O plano de comunicação permite dar visibilidade aos investimentos territoriais integrados a realizar, destacando as realizações e impactos positivos no território, o que inclui, por exemplo, a divulgação de resultados.

Ao desenvolver um plano de comunicação para o Plano de Ação do ITI AML, algumas propostas operativas a considerar são:

- Apresentação pública do início do Plano de Ação e informação sobre os projetos incluídos no mesmo;
- Elaboração de relatórios ou outra documentação com informação regular das intervenções em curso;

- Publicitação das intervenções em imprensa escrita, que permita manter a percepção pública da associação dos investimentos aos fundos comunitários;
- Produção de documentos de apoio (infográficos, apresentações, vídeos, entre outros) que permitam promover a participação em iniciativas como seminários, conferências e ações de sensibilização, reforçando a visibilidade e transparência dos investimentos;
- Criação de um separador no site institucional da AML que possibilitasse acompanhar os avanços e desenvolvimentos recentes do Plano de Ação do ITI AML.

...

ITI AML 2030

Plano de investimentos e indicadores

4. PLANO DE INVESTIMENTOS E INDICADORES

4.1. Investimentos

Objetivo Específico (código e designação abreviada)	Tipologia de ação/intervenção	Dotação M€	Fundo
RSO2.1 • Eficiência Energética	• Eficiência energética na AP regional e local	3,5	FEDER
RSO2.4 • Adaptação às alterações climáticas	• Proteção civil e gestão integrada de riscos	2	FEDER
	• Adaptação às alterações climáticas	12,5	FEDER
RSO2.7 • Proteção da natureza e biodiversidade	• Conservação da natureza, biodiversidade e património natural	9,8	FEDER
RSO2.8 • Mobilidade urbana sustentável	• Mobilidade sustentável	36,6	FEDER
RSO5.1 • Desenvolvimento integrado nas zonas urbanas	• Ensino pré-escolar, básico e secundário (IT)	28	FEDER
	• Reabilitação e regeneração urbanas (IT)	12	FEDER
	• Refuncionalização de equipamentos coletivos e qualificação dos espaços públicos		
ESO4.8 • Inclusão ativa e empregabilidade	• Inclusão ativa de grupos vulneráveis	5,8	FSE+
	• Inovação e experimentação de âmbito territorial na área social	0,8	FSE+
ESO4.11 • Acesso a serviços de qualidade	• Promoção do sucesso educativo	9	FSE+
Total		120	

...

4.2. Indicadores

OE	Código	Designação	Tipo	Unidade	Valor de Ref.	Ano de Ref.	Valor de meta final	Ano de meta final
4.11	EES007	• Agrupamentos escolares ou escolas não agrupadas abrangidas por intervenções para a promoção do sucesso educativo	Realização	Entidades	0	2021	90	2027

4.11	EES030	• Crianças e alunos abrangidos pelos planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar	Realização	Nº	0	2021	80 000	2027
4.11	EESR17	• Alunos dos agrupamentos escolares ou escolas não agrupadas abrangidos por intervenções de promoção do sucesso educativo que concluem em tempo normal os ciclos de estudos	Resultado	%	81	2021	83	2027
2.1	RCO19	• Edifícios públicos com desempenho energético melhorado	Realização	m2	0	2021	69 605	2027
2.1	RCR26	• Consumo anual de energia primária (nomeadamente: habitações, edifícios públicos, empresas, outros) (2)	Resultado	MWH/ano	6 399 511	2021	4 479 658	2027
2.4	RCO26	• Infraestruturas verdes construídas ou melhoradas para adaptação às alterações climáticas	Realização	Hectares	0	2021	146	2027
2.4	RCR37	• População que beneficia de medidas de proteção contra catástrofes naturais associadas ao clima (que não sejam inundações ou incêndios florestais)	Resultado	Pessoas	0	2021	44 051	2027
2.4	RCO24	• Investimentos em sistemas, novos ou melhorados, de monitorização, preparação, alerta e resposta em caso de catástrofes naturais	Realização	€	0	2021	3 500 000	2027
4.8	EESO13	• Projetos da administração local apoiados	Realização	Nº	0	2021	27	2027
4.8	EESR15	• Projetos da administração local concluídos	Resultado	%	90	2021	92	2027

5.1	RCO67	• Capacidade das salas de aula, novas ou melhoradas, das instalações de ensino	Realização	Pessoas	0	2021	36 458	2027
5.1	RCR71	• Utilizadores anuais das instalações de ensino	Resultado	Utilizadores ano	0	2021	37 052	2027
5.1	RCO19	• Edifícios públicos com desempenho energético melhorado	Realização	m2	0	2021	99 435	2027
5.1	RCR26	• Consumo anual de energia primária (nomeadamente: habitações, edifícios públicos, empresas, outros) (2)	Resultado	MWH/ano	6 399 511	2021	4 479 658	2027
5.1	RCO74	• População abrangida por projetos no âmbito de estratégias de desenvolvimento territorial integrado	Realização	Pessoas	0	2021	1 435 385	2027
2.8	RCO60	• Cidades e vilas com sistemas de transporte urbano digitalizados novos ou modernizados	Realização	Nº	0	2021	18	2027
2.8	RCO58	• Infraestruturas dedicadas ao ciclismo apoiadas	Realização	Km	0	2021	115	2027
2.8	RCR64	• Utilizadores anuais de infraestruturas dedicadas ao ciclismo	Resultado	Utilizadores ano	0	2021	2 581 180	2027
5.1	RCO114	• Espaços abertos criados ou reabilitados em zonas urbanas	Realização	m2	0	2021	158 970	2027

...

A black and white photograph of a woman in a long dress standing in a doorway, with a child lying on a blanket in the foreground. The scene is set outdoors with lush vegetation. The woman is looking out of the doorway, and the child is lying on their side on a patterned blanket. The overall mood is serene and contemplative.

ITI AML 2030

Anexos

5

ANEXOS

5.1

Anexo I
Processo de Elaboração da Estratégia
Regional de Lisboa 2030

Sistematização e identificação
dos atores

WORKSHOPS TEMÁTICOS

- **Sustentabilidade**
3 de dezembro (AML), participação:
 AHRESP, CM Barreiro, CM Lisboa, CM Loures, CM Setúbal, Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CNADS), Direção-Geral de Política do Mar (DGPM), Fórum Oceano, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) da Universidade de Lisboa (UL), Instituto de Soldadura e Qualidade (ISQ).
- **Coesão**
4 de dezembro (AML), participação:
 ANIMAR, Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), CM Lisboa, CM Loures, CM Odivelas, CM Seixal, Federação A Minha Terra, Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV), União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Lisboa (UDIPSS-Lisboa).
- **Mobilidade**
4 de dezembro (AML), participação:
 CARRIS, Confederação do Comércio e Serviços (CCP), CM Alcochete, CM Barreiro, CM Lisboa, CM Loures, CM Odivelas, CM Palmela, CM Seixal, CM Setúbal, Confederação do Turismo de Portugal (CTP), Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa (ERT-RL), GTP, ITS Portugal, Instituto de Mobilidade e Transportes (IMT), Metro Transportes do Sul (MTS), Metropolitano de Lisboa, Turismo de Portugal, Transtejo Soflusa (TTSL), SEAPM.
- **Inovação**
15 de janeiro (CCDR LVT), participação:
 POR Lisboa 2020, AICEP Portugal Global, CM Loures, CM Mafra, CM Odivelas, CM Oeiras, CM Sintra, Confederação Empresarial de Portugal (CIP), Confederação do

Turismo de Portugal (CTP), Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAPLVT), Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa (ERT-RL), Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI), Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica (IBET), Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores - Investigação e Desenvolvimento (INESC-ID), Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV), Instituto Gulbenkian de Ciência (IGC), Instituto de Soldadura e Qualidade (ISQ), Instituto de Tecnologia Química e Biológica da Universidade Nova de Lisboa (ITQB), Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), Turismo de Portugal, NOVA Information Management School (NOVA IMS).

- **Desenvolvimento Urbano**

28 de fevereiro (AML), participação:

ANIMAR, Bombeiros Voluntários da Parede, Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP) do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade de Lisboa (UL), Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (CPADA), CM Amadora, CM Alcochete, CM Almada, CM Cascais, CM Loures, CM Mafra, CM Moita, CM Odivelas, CM Oeiras, CM Setúbal, CM Vila Franca de Xira, Direção Geral do Território (DGT), EDU.LISBOA, Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa (ERT-RL), Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) da Universidade de Lisboa (UL), Instituto Politécnico de Setúbal (IPS), Ordem dos Engenheiros (OE), Rede DLBC Lisboa.

- **Reuniões de auscultação focalizada com Municípios:**

2 de março com as autarquias da Amadora, Oeiras, Sintra, Cascais e Lisboa;

2 de março com as autarquias de Mafra, Loures, Odivelas e Vila Franca de Xira;

4 de março com as autarquias de Almada, Seixal e Sesimbra;

4 de março com as autarquias de Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela e Setúbal.

...

Reuniões de Peritos

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E RESILIÊNCIA TERRITORIAL, 10 de janeiro (AML)

- **Margarida Pereira**
Professora associada da Nova FCSH – Departamento de Geografia e Planeamento Regional. Investigadora no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA-NOVA FCSH).
- **José Luís Zêzere**
Professor catedrático do IGOT-UL.
Investigador do Centro de Estudos Geográficos (CEG) e coordenador do grupo de investigação “Avaliação e Gestão de Perigosidades e Risco Ambiental.
- **Rosário Oliveira**
Investigadora integrada do ICS-UL - Grupo de Investigação Ambiente, Território e Sociedade e professora convidada na Universidade Autónoma de Barcelona.

COESÃO E COESÃO SOCIAL, 10 de janeiro (AML)

- **Jorge Gaspar**
Professor coordenador no ISEC.
Investigador nas áreas da gestão autárquica e políticas sociais. Especialista em higiene, segurança e higiene no trabalho.
- **António Guterres**
Coordenador da Fundação Aga Khan.
Colaborador do DINAMIA-CET do ISCTE-IUL.
- **João Ferrão**
Investigador coordenador do ICS-UL e coordenador do grupo de investigação “Ambiente, Território e Sociedade” e do Conselho dos Observatórios do ICS-UL.

MOBILIDADE, 8 de janeiro (AML)

- **Filipe Moura**
Professor associado do IST.
Membro do Centro de Investigação e Inovação em Engenharia Civil para a Sustentabilidade.
- **Miguel Castro Neto**
Professor auxiliar da Universidade Nova de Lisboa.
Subdiretor da Nova Information Management School.
Coordenador da pós-graduação em Smart Cities;

- **Nuno Marques da Costa**
Professor auxiliar do IGOT-UL.
Investigador do Centro de Estudos Geográficos (CEG).
- **João Figueira de Sousa**
Professor associado Universidade Nova FCSH.
Investigador no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA-NOVA FCSH).

INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE,

13 de janeiro (CCDR LVT)

- **Vítor Escária**
Professor auxiliar do ISEG-UL.
Investigador do CIRIUS – Centro de Investigações Regionais e Urbanas.
- **Paulo Madruga**
Professor auxiliar convidado do ISEG-UL.
Executive director da EY-Parthenon.
- **Augusto Mateus**
Professor catedrático Convidado do ISEG-UL.
Strategic consultant da EY Parthenon.
- **Mário Vale**
Professor catedrático do IGOT-UL.
Diretor do Centro de Estudos Geográficos (CEG) da Universidade de Lisboa.

DESENVOLVIMENTO URBANO,

28 de fevereiro (AML)

- **Cristina Cavaco**
Professora auxiliar na FA-UL.
Membro efetivo do Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design (CIAUD).
- **João Mourato**
Investigador do ICS-UL).
- **João Seixas**
Professor auxiliar da Nova FCSH – Departamento de Geografia e Planeamento Regional).
Investigador no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA-NOVA FCSH);
- **José Manuel Simões**
Professor catedrático e presidente do IGOT-UL.
Investigador do Centro de Estudos Geográficos (CEG).
- **Luís Jorge Bruno Soares**
Consultor e especialista em urbanismo.

Presidente da Assembleia Geral do Colégio de Arquitectos Urbanistas da Ordem dos Arquitectos.

**IMPLICAÇÕES DO COVID-19 NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL,
4 de junho (AML)**

- **Vítor Escária**
Professor auxiliar do ISEG-UL. Investigador do CIRIUS – Centro de Investigações Regionais e Urbanas.
- **Margarida Pereira**
Professora associada da Nova FCSH – Departamento de Geografia e Planeamento Regional. Investigadora no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA-NOVA FCSH);
- **João Ferrão**
Investigador coordenador do ICS-UL e coordenador do grupo de investigação “Ambiente, Território e Sociedade” e do Conselho dos Observatórios do ICS-UL.
- **Filipe Moura**
Professor associado IST. Membro do Centro de Investigação e Inovação em Engenharia Civil para a Sustentabilidade.
- **José Manuel Simões**
Professor catedrático e presidente do IGOT-UL. Investigador do Centro de Estudos Geográficos (CEG).
- **João Seixas**
Professor auxiliar da Nova FCSH – Departamento de Geografia e Planeamento Regional. Investigador no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA-NOVA FCSH).
- **Luís Jorge Bruno Soares**
Consultor e especialista em urbanismo. Presidente da Assembleia Geral do Colégio de Arquitectos Urbanistas da Ordem dos Arquitectos.

...

5.2.

**Anexo 2
Competências e composição do Conselho
Estratégico de Desenvolvimento
Metropolitano**

O Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Metropolitano é, nos termos dos artigos 78º e 79º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, um ór-

ção de natureza consultiva destinado ao apoio ao processo de decisão dos restantes órgãos da área metropolitana, constituído por representantes das instituições, entidades e organizações com relevância e intervenção no domínio dos interesses metropolitanos.

A deliberação da sua composição foi tomada pelo Conselho Metropolitano de Lisboa em 18 de dezembro de 2014, sob proposta nº 14/CEML/2014 da Comissão Executiva Metropolitana, e integra as seguintes entidades:

- **AIP** (Associação Industrial Portuguesa - Câmara de Comércio e Indústria).
- **AMN** (Autoridade Marítima Nacional).
- **ANA** (Aeroportos de Portugal).
- **ANAFRE** (Associação Nacional de Freguesias).
- **ANPC** (Autoridade Nacional de Proteção Civil).
- **ANQEP** (Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional).
- **APA** (Agência Portuguesa do Ambiente).
- **APL** (Administração Porto Lisboa).
- **APSS** (Administração Porto Setúbal e Sesimbra).
- **ARSLVT** (Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo).
- **CAP** (Confederação dos Agricultores de Portugal).
- **CCDR-LVT** (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo).
- **CCSP** (Confederação do Comércio e Serviços de Portugal).
- **CGTP-IN** (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional (Sindicatos de Lisboa - USL/CGTP-IN e Sindicatos de Setúbal - USS/CGTP-IN)).
- **CIP** (Confederação Empresarial de Portugal).
- **CNA** (Confederação Nacional da Agricultura).
- **CNIS** (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade).
- **CPCCR** (Confederação Portuguesa de Coletividades de Cultura e Recreio).
- **CPPME** (Confederação Portuguesa de Micro, Pequenas e Médias Empresas).
- **DGEG** (Direção Geral de Energia e Geologia).
- **DGEST** (Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares).
- **DGPC** (Direção-Geral do Património Cultural).
- **DGSS** (Direção-Geral da Segurança Social).
- **DGT** (Direção Geral do Território).
- **DRAPLVT** (Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo).
- **EP** (Estradas de Portugal).

- **ERT-RL** (Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa).
- **GNR** (Guarda Nacional Republicana (Comando Territorial de Lisboa da GNR e Comando Territorial de Setúbal da GNR)).
- **IAPMEI** (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas).
- **ICNF** (Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas).
- **ICSTE** (Instituto Universitário de Lisboa).
- **IEFP** (Instituto do Emprego e Formação Profissional).
- **IMT** (Instituto da Mobilidade e dos Transportes).
- **IPL** (Instituto Politécnico de Lisboa).
- **IPS** (Instituto Politécnico de Setúbal).
- **IPDJ** (Instituto Português do Desporto e Juventude).
- **IPMA** (Instituto Português do Mar e da Atmosfera).
- **IST/CESUR** (Centro de Sistemas Urbanos e Regionais do Instituto Superior Técnico).
- **LPB** (Liga dos Bombeiros Portugueses).
- **LPN** (Liga para a Proteção da Natureza).
- **PSP** (Polícia de Segurança Pública (Comando Metropolitano da PSP e Comando Distrital de Setúbal da PSP)).
- **UGT** (União Geral dos Trabalhadores (de Lisboa e Setúbal)).
- **UL/ ICJP** (Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa).
- **UL/ICS** (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa).
- **UL/IGOT** (Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa).
- **UL/ISCSP** (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa).
- **UL/ISEG** (Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa).
- **UCP** (Universidade Católica Portuguesa).
- **UNL/FCT** (Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa).
- **UNL/FCSH** (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

...